

CRISE E IDENTIDADE

Érika Bauer¹

Na música de Gilberto Gil e Caetano Veloso, “Haiti”, aparece um trecho que fala da chacina do Carandiru:

(...) e quando ouvir o silencio sorridente de São Paulo, diante da chacina, III presos indefesos, mas presos são quase todos pretos, e pobres são como pretos e todos sabem como se tratam os pretos. (VELOSO, Caetano; GIL, Gilberto, 1993)

Como um soco no estômago, a música nos lembra o quanto fomos e ainda somos cruéis. Olhando em retrospectiva, tentamos recuperar o grito, a tragédia que sempre se repete e que deveria ecoar em cada existência branca, invisível e tão estabelecida com a sua imagem herdada de um passado colonial. Sempre presente nas instâncias de poder da sociedade branca brasileira, o preconceito mascarado de arrogância e bondade marcou a separação dos territórios de classe e raça, como leis de conduta entre o eu branco e o outro, entre o que pode e o que não pode. Entre um levante dos excluídos e outro, entre uma crise econômica, política e social e outra, novas fissuras se instalaram e os grupos das minorias excluídas foram se articulando, principalmente através da cultura.

Esse incômodo da memória da escravidão, do genocídio indígena, foi fundamental para a criação das políticas públicas brasileiras, iniciadas pelo Governo Lula e encabeçadas justamente pelo Ministro Gilberto Gil.

Na virada do século 20, no Brasil, com o avanço das novas tecnologias e um cenário político mais favorável, mas já percebendo as ondas de uma nova crise que se aproximava, vários artistas do audiovisual começaram suas produções, dialogando com uma nova forma de enxergar o país, longe da representação, mas criando alegorias e rupturas do sujeito neoliberal, estimulado pela comunicação ilimitada (FOUCAULT). Um cinema caracterizado pela insurgência rompeu o cenário audiovisual brasileiro, apresentando uma proposta de contracorrente, como um chamado para

¹ Professora do Curso de Comunicação Social da Universidade de Brasília. É documentarista e realizou, entre outros, o documentário “Dom Helder Camara, o Santo Rebelde”, e “Flor do Moinho”, seu mais recente trabalho. Doutoranda no PPG- Faculdade de Comunicação/UnB.

uma ampla e impactante atuação de diferentes grupos identitários nas telas audiovisuais.

Escolhemos três filmes – Tremor-ie (2018), de Elena Meireles e Lívia de Paiva, Era uma vez Brasília, de Adirley Queiroz (2017), e Voltei!, de Glenda Nicácio e Ary Rosa – para refletir sobre interessantes diálogos que essa nova onda audiovisual estabelece para transpor barreiras, sem medo de se perder na escuridão periférica. Todos eles se caracterizam por trabalhar com uma imagem escura, noturna, e a partir de territórios que não aparecem na mídia como possibilidade de produção de saber e riqueza. Acreditamos que esses filmes celebrem encontros coletivos, rompendo com normas midiáticas impostas diariamente no imaginário comum, ou seja, saem do padrão do indivíduo como sujeito para encontrar uma nova formação de vida coletiva, invertendo jogos de poder.

Alguns autores nos ajudam a pensar essa sociedade extremamente conservadora e violenta. Como remover a poeira do preconceito, e iniciar qualquer compreensão sobre grupos identitários no Brasil e seus movimentos culturais de sobrevivência. Liv Sovic, em “Aqui ninguém é branco”, nos aponta para Muniz Sodré, para quem a civilização europeia é uma espécie de “modelo identitário das elites nacionais”, e Kabengelê Munanga, que afirma que a cor não é uma questão biológica, mas uma das “categorias cognitivas herdadas da história da colonização, apesar da nossa percepção da diferença situar-se no campo do visível”.

Identidade no Brasil é um tema complexo, levanta debates espinhosos e carrega uma ferida muito antiga – a ferida colonial. A história oficial costuma disfarçar esse lado grotesco, feito de mortes e invasões, por homens que chegaram sem avisar, usando os pés para calçar botas que chutavam corpos dóceis e corpos escravizados, laçando e estuprando mulheres negras e indígenas. Só podemos pensar identidade no Brasil como criação de homens brancos para gerar mais privilégios de uns contra o enfraquecimento das outras múltiplas vozes, com diversos povos e etnias. Todos esses grupos foram mantidos na invisibilidade, mas suas dores e perdas se transformaram em canções, pinturas, danças, comida e poesia. Depois da quebra do monopólio de acesso aos meios e das possibilidades geradas com as políticas públicas, e fortalecidas com as novas tecnologias, o audiovisual se tornou um importante canal de manifestação de ruptura com o padrão estabelecido.

Como lembra o líder e pensador indígena Ailton Krenak, “precisamos de mais narrativas”, para assim evitar o perigo da história única. A defesa contra aquilo que foi construído, as promessas de um progresso que coloca em disputa diferentes povos que nunca foram escutados.

Esse novo cinema, principalmente depois de 2010 – e que está presente nos filmes “Tremor-íe (2018), de Elena Meireles e Lívia de Paiva, Era uma vez Brasília, de Adirley Queiroz (2017), e Volte!l, de Glenda Nicácio e Ary Rosa –, surge e amadurece sobretudo com as políticas inclusivas do governo Lula, apontando para uma narrativa que segue pelas vias vicinais da história brasileira, mostrando novos personagens, novos corpos periféricos que se reinventam e lutam há 500 anos, trazendo outras formas de olhar o país. São três filmes que abordam um momento importante da nossa história recente, quando grupos periféricos, surgidos das mais diversas realidades oprimidas, gritam para mostrar seu descrédito diante do poder branco e opressor, falível, forjando uma narrativa pulsante, com a força de suas dores e uma espera fora do tempo, potencializados pelo autocuidado que sustenta vidas marginalizadas. Como se faltasse apenas o sopro da oportunidade de motivação política para convocar o povo que faltava, trazendo para o centro dos debates esse caldeirão com ingredientes que integram identidades brasileiras.

Como seria esse novo caminho apontado pelos filmes citados? Como eles nos direcionam para uma descolonização do inconsciente? Seria possível fazê-lo pelo afeto? Como captar esse desejo que habita em nós e torná-lo ação para afetar, tocar, perturbar, atingir?

O sujeito colonial moderno é um que utiliza a maior parte da sua energia pulsional para produzir sua identidade normativa: angústia, violência, dissociação, opacidade, repetição... não são mais do que o preço que a subjetividade colonial-capitalística paga para poder manter sua hegemonia. (PRECIADO, 2018. Tradução nossa)

Nesses filmes percebemos um olhar que mira o próximo, como se olhasse para uma nova família e estabelecesse laços para permanecer, reconhecer-se no outro, partilhar o sensível e planejar estratégias coletivas de fuga e transformação – destruir o que não foi feito para todos e imaginar novos horizontes. Talvez esteja aí uma mudança que se processa, transfigurando a compreensão de direitos humanos para “inteligência coletiva”.

Além disso, retomam uma dimensão política de coletividade e urgência, trazendo um grito que clama pela humanidade perdida, uma necessidade de retorno à natureza para mergulhar em outras formas de viver o mundo. A diversidade presente nos personagens contrasta com o poder instalado e suas câmeras de vigilância. As ações são filmadas durante a noite, buscando luz nas frestas, em pequenos espaços onde enxergamos possibilidade de insurgências criativas, novos imaginários e rupturas.

Assim como novas narrativas são criadas, também novos valores de troca surgem, como um abraço, uma memória perdida, o coletivo que trabalha para atirar fogo contra o esquecimento dos grupos identitários e a memória que os poderes insistem em apagar, o mal-estar da escravidão e do genocídio indígena. Os três filmes decompõem o país do futuro e forjam histórias apagadas.

Lembrar, compartilhar, afetar – verbos que contribuem para rasgar a cortina do poder colonial instaurado e, com isso, possibilitar a abertura da caixa de pandora de nossas múltiplas identidades. As crises contribuem para que possamos dar sempre mais um passo rumo ao “reflorestamento de nossas mentes” (KRENAK).

Ao analisar esse cenário de insurgência apontado nos filmes estudados, que se evidencia principalmente depois de 2010, diante de uma crise que levará a outra ainda maior, de golpes, conservadorismos e a sociedade branca indignada diante desses portões que foram abertos pelas políticas públicas inclusivas, percebemos os diálogos que os filmes promovem para encarar discriminações, criando algumas doses de futuro e invenções ousadas. O audiovisual percebeu esse cenário com muita força criativa, olhando a política brasileira e desenhando uma polifonia com as vozes dissonantes, marcando territórios e tempos desarticulados com o presente, firmando novas posições periféricas. Trouxe os corpos diversos, de cores quentes, cabelos rebeldes, com gêneros variados, endereços desconhecidos, descalços, destronados, mas não mais amedrontados. Corpos que rasgaram o ideal da beleza padronizada do capitalismo, que clamam por justiça e dignidade, seja saindo às ruas, tentando entender do que é feita a política, como enfrentando homens da ordem, desafiando o poder instalado e ocupando territórios. Nesses filmes, um feixe de luz desenha desejos de novos futuros.

Houve também uma desarticulação de posições vitimizantes. Vozes da diversidade se articularam e se fortaleceram nesses filmes, sem perder coragem para enfrentar a escuridão. O que assistimos é justamente o afeto e a vontade de enxergar e viver o mundo, “enquanto o céu vai caindo”. Acertar no continuum da história (BENJAMIN, W.), para que essa introduza “um novo calendário”, marcando novas passagens, novas insurgências.

REFERÊNCIAS

MUNANGA, Kabengelê. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 1999, p.18.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros**: identidade, povo e mídia no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1999, p.32.

BENJAMIN, W. Sobre o conceito de história. *In*: **Obras escolhidas I** – magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1994.

KRENAK, Ailton. O eterno retorno do encontro. *In*: NOVAES, Adauto (org.). **A Outra Margem do Ocidente**. Minc-Funarte/Companhia Das Letras: 1999. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/O_eterno_retorno_do_encontro

SOFIC, Liv. **Aqui ninguém é branco**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009. 176 p.

PRECIADO, Paul. La izquierda bajo la piel. *In*: ROLNIK, Suely. **Esferas de la insurrección** – Apuntes para descolonizar el inconsciente. 1ª ed. Buenos Aires: Tinta Limón, 2019, p. 9-18.